

# Agenda estadual do comércio de bens, serviços e turismo



ACRE

# Agenda estadual do comércio de bens, serviços e turismo



**ACRE**



**Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Acre - Fecomércio-AC**  
**Agenda Estadual do Comércio de Bens, Serviços e Turismo - Acre | 2026**

**Presidente:** Leandro Domingos Teixeira Pinto

**Vice-presidente:** Marcos Lameira Carneiro Lameira

**Diretoria executiva**

**Presidente:** Leandro Domingos Teixeira Pinto

**Vice-presidente:** Marcos Lameira Carneiro Lameira, Leonel Soncin Junior, Gilmar Pessoa de Queiroz, José Luiz Revollo Junior, Francelina Barreiros Amaral Gurgel.

**Diretor secretário:** 1º - Valdemir Alves do Nascimento, 2º - Wilmar Cesário Rosa

**Diretor tesoureiro:** 1º - José Garcia de Medeiros, 2º - Maria Odete Alves de Oliveira

**Diretores:** Elvando Albuquerque Ramalho, Osvaldo Xavier Dias, Lara de Souza Costa, Simone da Silva Freitas Félix, Pedro José Pereira das Neves, Jociley Braga de Souza

**Suplentes da diretoria:** Valdir Sperotto Junior, Edson Souza Molina, Daniel Franch Lopes Pereira, Alípio Pessoa Lima

**Conselho fiscal**

**Titulares:** José Santos de Souza, Manoel Santos de Oliveira, Valnir Batista de Sousa

**Suplentes:** Elias Cury Neto, Ediard Mota da Silva, Maria de Lourdes Roque Carneiro

**1ª edição 2023 | 2ª edição 2024 | 3ª edição 2025 | 4ª edição 2026**

**Projeto Gráfico:** Gerência Executiva de Comunicação (CNC)

**Diagramação e Ilustração:** Vivian Kilsztok Bittencourt (CNC)

**Revisão:** Daniel Dutra

**CNC - Rio de Janeiro**

Av. General Justo, 307

CEP 20021-130

PABX: (21) 3804-9200

**CNC - Brasília**

SBN Quadra 1 Bl. B - nº 14

CEP 70041-902

PABX: (61) 3329-9500/3329-9501

[www.portaldocomercio.org.br](http://www.portaldocomercio.org.br)

F293

Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Acre  
Agenda Estadual do Comércio de Bens, Serviços e Turismo: Acre. /  
Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do  
Acre. - Rio de Janeiro: Fecomércio Acre, 2026.  
34 p.: il. color.

1. Gestão Pública. 2. Desenvolvimento Econômico. 3. Acre.  
I. Título.

CDD 351

Bibliotecário responsável: Luisa Abreu – CRB-7: 6758



# Sumário

|                                          |    |
|------------------------------------------|----|
| Introdução .....                         | 4  |
| Eixo 1: Segurança pública .....          | 6  |
| Eixo 2: Desenvolvimento econômico .....  | 10 |
| Eixo 3: Infraestrutura e logística ..... | 14 |
| Eixo 4: Questões sociais .....           | 20 |
| Eixo 5: Tecnologia e modernização .....  | 24 |
| Eixo 6: Turismo.....                     | 30 |



# Introdução

A economia do Acre possui forte concentração no setor de serviços, responsável por cerca de 85,35% da participação do valor adicionado ao PIB estadual. Entre as principais atividades estão a administração pública, o comércio e a reparação de veículos e motocicletas, além das atividades imobiliárias, evidenciando a centralidade do comércio de bens, serviços e turismo para a dinâmica econômica, a geração de emprego e a circulação de renda no estado. O desempenho desses segmentos reforça seu papel estratégico na sustentação da atividade econômica acreana e no desenvolvimento regional.

Em janeiro de 2026, os indicadores econômicos apresentaram resultados distintos. O comércio varejista ampliado registrou crescimento de 1,4%, recuperando-se do resultado observado em dezembro e superando a média nacional, enquanto o setor de serviços apresentou retração expressiva, demonstrando a sensibilidade da economia local às oscilações do consumo e da renda. No mercado de trabalho formal, embora o mês tenha registrado saldo negativo de empregos, o acumulado dos últimos 12 meses permaneceu positivo, especialmente impulsionado pelo setor de serviços, reforçando a relevância das atividades representadas pelo Sistema Comércio para a geração de oportunidades e a estabilidade econômica do estado<sup>1</sup>.

O Acre possui uma posição geográfica estratégica (fronteira com o Peru e a Bolívia) e é atravessado pela Rodovia Interoceânica. Isso fomenta o setor de **transportes, armazenamento e logística**, ligando o comércio de bens de consumo e a saída de produtos rumo ao mercado internacional e andino.

Apesar do crescimento recente nos serviços e comércio, o estado enfrenta barreiras severas que limitam o desenvolvimento de sua economia e encarecem a atividade empresarial, como desafios logísticos, especialmente naqueles ligados à dependência crônica de eixos rodoviários específicos; economia local sensível à saúde fiscal do estado e do governo federal; e déficit em saneamento e conectividade, além da baixa diversificação de empreendimentos nos diversos segmentos econômicos.

Diante desse cenário e das especificidades do Acre, torna-se fundamental fortalecer o diálogo entre o poder público e os setores responsáveis pela dinamização da economia estadual. **Nesse contexto, a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) e a Federação do Comércio do Estado do Acre (Fecomércio-AC) assumem papel estratégico como representantes do setor produtivo, reunindo conhecimento técnico e visão institucional sobre os principais desafios e oportunidades para o desenvolvimento do estado.**

Assim, apresentam a presente agenda como instrumento para contribuir com a construção de prioridades e políticas públicas voltadas ao próximo governo do Acre, alinhadas às demandas do comércio de bens, serviços e turismo e às necessidades do desenvolvimento econômico regional.

---

<sup>1</sup> Disponível em: <https://seplan.ac.gov.br/desenvolvimento-regional/estudos-e-pesquisas/>



# Eixo 1: Segurança pública

O Acre enfrenta grandes desafios no campo da segurança pública, **especialmente em razão do tráfico internacional de drogas e armas, da violência associada à atuação de facções criminosas e dos elevados índices de criminalidade**. A condição geográfica do estado, marcada pela extensa fronteira com Peru e Bolívia, amplia a complexidade desse cenário, tornando a criminalidade transfronteiriça um dos principais desafios regionais, diante do fluxo de entorpecentes e armamentos que impacta diretamente a dinâmica local.

De acordo com estudo divulgado em 2025 pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), o Acre registrou redução no número de homicídios em comparação com 2022. Apesar de representar o terceiro ano consecutivo de queda do indicador, o estado ainda permanece acima da média nacional, registrando taxa de 23,7 mortes por 100 mil habitantes, enquanto a média brasileira é de 21,2.

Ainda que os indicadores apontem melhora em determinados aspectos, a **sensação de insegurança permanece elevada, impulsionada pelos crimes contra o patrimônio e pela atuação de organizações criminosas**. Esse contexto ultrapassa os impactos sociais e afeta diretamente o ambiente econômico estadual, criando obstáculos ao desenvolvimento e à competitividade.

A insegurança **gera custos adicionais para empresas, compromete operações logísticas, reduz a atratividade para novos empreendimentos e desestimula investimentos privados**. Para o setor produtivo — especialmente os segmentos de comércio, serviços e turismo —, a segurança pública é um fator essencial para garantir estabilidade, ampliar a circulação de pessoas, fortalecer a atividade econômica e criar condições favoráveis ao crescimento sustentável do Acre.

## Fortalecimento da segurança de fronteiras

A atuação de organizações criminosas nas áreas de fronteiras tem impactos não apenas na segurança, mas também na soberania nacional. A crescente integração global facilita a operação de redes criminosas transnacionais, exigindo uma resposta igualmente coordenada para enfrentamento desse problema. Nesse sentido, reforça-se a necessidade de atuar não apenas nos efeitos de curto prazo dos crimes transfronteiriços, mas também nas suas causas socioeconômicas e estruturais, buscando soluções de médio e longo prazo.

Inteiramente contido na Faixa de Fronteira do Brasil e na tríplice fronteira com o Peru e a Bolívia, o Acre está sujeito ao regramento instituído pela Lei nº 6.634/1979 (dispõe sobre a Faixa de Fronteira), o qual estabelece como área indispensável à Segurança Nacional a faixa interna de 150 km de largura paralela à linha divisória terrestre do território nacional, designada como Faixa de Fronteira.

*Diante desse cenário, é necessário ampliar a integração entre forças de segurança estaduais e federais para monitoramento das áreas de fronteira com Peru e Bolívia, com uso de inteligência, tecnologia e operações permanentes de combate ao tráfico de drogas e armas.*

*Além disso, recomendamos a adoção de políticas específicas para diferentes regiões do estado, considerando as particularidades de municípios de fronteira e localidades mais vulneráveis.*

*Outra sugestão seria o estabelecimento de sistemas de monitoramento por câmeras, reconhecimento de padrões, integração de bancos de dados e centros de inteligência capazes de antecipar e desarticular ações criminosas.*

## Reforço do policiamento em áreas comerciais

O alto índice de crimes contra o patrimônio, a exemplo do furto e do roubo, é um dos principais entraves ao fomento empresarial, uma vez que traz prejuízos consideráveis para o comércio, considerando a necessidade de repor suas mercadorias e, também, os danos aos estabelecimentos, além das questões de segurança pessoal.

Esse cenário prejudica o desenvolvimento de atividades comerciais, diante da insegurança que afugenta investimentos. Neste sentido, são propostas do Sistema Comércio:

*Ampliação da presença das forças de segurança em regiões com grande circulação de pessoas, centros comerciais, áreas de serviços e polos turísticos, reduzindo crimes patrimoniais e aumentando a sensação de segurança.*

*Desenvolvimento de programas de proteção a centros comerciais e corredores econômicos, garantindo mais segurança para empresários, trabalhadores e consumidores.*

## Combate à receptação de mercadorias roubadas

A comercialização de mercadorias ilegais financia quadrilhas, milícias e esquemas de corrupção. O dinheiro movimentado nessa atividade é frequentemente reinvestido em práticas ilícitas, como tráfico de drogas e armas, aumentando a violência urbana e nas regiões de fronteira. O consumidor final, ao sustentar essa demanda, alimenta uma cadeia que desestabiliza a segurança pública.

O comércio ilegal gera uma concorrência desleal às empresas que pagam impostos e seguem as leis trabalhistas. Somente no Brasil, o mercado ilegal causa prejuízos anuais estimados em centenas de bilhões de reais aos setores produtivos e aos cofres públicos. Isso impacta diretamente o desenvolvimento do País, limitando a capacidade do Estado de investir em áreas essenciais, como saúde, educação e segurança.

No Brasil, adquirir mercadorias de origem ilícita não é apenas uma infração administrativa, podendo configurar crime, como o de receptação (art. 180 do Código Penal) ou descaminho/contrabando (arts. 334 e 334-A). A pena para quem adquire, oculta ou vende produtos com essas características pode resultar em reclusão.

*Para além da tipificação penal, é necessário fiscalizar e punir de forma efetiva, trazendo efetividade para a lei. Assim, fortalecer a atuação coordenada entre polícias, Ministério Público, Poder Judiciário e órgãos federais aumenta a eficiência das ações de combate ao crime organizado.*

## Políticas de prevenção à violência

A prevenção à violência pressupõe que a segurança pública não se restringe à atuação repressiva e policial, mas se constrói fundamentalmente na neutralização das causas estruturais da criminalidade. Diante disso, reforça-se a importância do investimento maciço em educação integral e qualificação profissional em territórios de alta vulnerabilidade socioeconômica.

Ao garantir que o jovem permaneça na escola e adquira competências técnicas alinhadas às demandas contemporâneas, o Estado não apenas amplia o horizonte de possibilidades individuais, como também desestrutura os mecanismos de aliciamento de organizações criminosas, que frequentemente preenchem a ausência de perspectivas institucionais com falsas promessas de ascensão financeira.

O esporte e a cultura também desempenham um papel crucial como ferramentas de mediação social e desenvolvimento de competências socioemocionais. A literatura sobre segurança pública demonstra que políticas de lazer e esporte em áreas periféricas atuam como polos de convivência comunitária, reduzindo o tempo de exposição dos jovens a fatores de risco. Essas atividades funcionam como barreiras protetivas eficazes, canalizando a energia e o potencial da juventude para trajetórias de cooperação, disciplina e resiliência diante das pressões do entorno vulnerável.

A consolidação dessa barreira preventiva exige mecanismos robustos de inclusão, conectando a formação de base ao mercado de trabalho formal. Políticas de primeiro emprego, cotas de aprendizagem e incentivos fiscais para empresas que contratam jovens de áreas conflagradas são pontes indispensáveis para a autonomia financeira.

Estudos sobre programas de base territorial evidenciam que a combinação de transferências de renda condicionadas com apoio à saúde mental e qualificação profissional reduz significativamente as taxas de reincidência e a adesão à criminalidade. Essa perspectiva consolida o entendimento de que a eficácia da segurança pública está diretamente atrelada à capacidade do Estado de ofertar dignidade e suporte psicossocial antes que o ciclo da violência se instale.

*Diante disso, é essencial o estabelecimento de gestão compartilhada entre as Secretarias de Segurança Pública, Educação, Trabalho, Cultura, Esportes e Assistência Social. A Segurança Pública atua mapeando as manchas criminais para direcionar as ações, enquanto as demais Secretarias executam a política social. O Sistema Comércio se apresenta como um parceiro importante nessa iniciativa, com capacidade para a formação de profissões demandadas pelo mercado local.*



# **Eixo 2: Desenvolvimento econômico**

A estrutura econômica do Acre é **predominantemente baseada no setor de serviços**, que representa a maior parcela do valor adicionado ao PIB estadual. Atividades ligadas a comércio, serviços e turismo exercem papel central na movimentação da economia, impulsionando a geração de empregos, a circulação de renda e o desenvolvimento regional. Nos últimos anos, o estado apresentou avanços importantes em sua trajetória econômica, destacando-se entre as unidades federativas com maior evolução do PIB nas últimas décadas, num contexto marcado por diferentes ciclos econômicos, transformações estruturais e mudanças no ambiente de negócios.

Os indicadores mais recentes demonstram, entretanto, um cenário de desafios e oportunidades. **Em janeiro de 2026, o comércio apresentou desempenho positivo, sinalizando recuperação da atividade econômica.** Em contrapartida, o setor de serviços registrou retração significativa, evidenciando a sensibilidade da economia acreana às oscilações no consumo e na circulação de renda.

Ainda assim, apesar da redução pontual no saldo de empregos formais no mês, o resultado acumulado dos últimos 12 meses permaneceu positivo, reforçando a relevância dos segmentos vinculados ao Sistema Comércio para a sustentação da atividade econômica e da geração de oportunidades no estado.

Dessa forma, o Estado se torna imprescindível para desenvolver políticas de fomento e incentivo à economia regional, fortalecendo as atividades que já estão em desenvolvimento, além de desenvolver novas atividades econômicas, em especial aquelas de alto valor agregado.

## Desburocratização e melhoria do ambiente de negócios

A modernização do ambiente de negócios exige uma revisão profunda e estrutural dos procedimentos burocráticos que historicamente oneram o setor produtivo. A simplificação de processos ligados à concessão de licenciamentos e alvarás, bem como a reestruturação das atividades fiscalizatórias, é o primeiro passo para alinhar a administração pública aos princípios da eficiência e da celeridade.

Além de otimizar a rotina das empresas locais, a desburocratização de licenças é um poderoso instrumento de atração de investimentos e fomento à competitividade. Investidores nacionais e internacionais priorizam territórios que oferecem segurança jurídica e previsibilidade temporal para a abertura e regularização de filiais.

Quando o **poder público estabelece regras claras e fluxos ágeis, o risco regulatório despencou, posicionando a região à frente na disputa por novos capitais.** Esse ambiente ágil diminui o tempo de maturação dos projetos, transformando o dinamismo institucional em diferencial competitivo crucial num mercado globalizado.

Sob a ótica da fiscalização, a transformação reside na transição de um modelo puramente punitivo para uma abordagem orientada por planejamento, educação, orientação e prevenção. Processos fiscalizatórios modernos devem se basear em matrizes de risco e inteligência de dados, concentrando os esforços estatais onde o perigo de desconformidade é real e significativo.

A adoção da **fiscalização orientadora** constrói uma relação de confiança mútua entre o Estado e a iniciativa privada. Esse ambiente de cooperação mútua reduz a judicialização de conflitos, formaliza mais negócios e garante que as normas de segurança e ambientais sejam cumpridas sem sufocar a atividade econômica.

No entanto, quando o horizonte econômico se expande em direção ao comércio exterior, a simplificação normativa precisa caminhar de mãos dadas com o rigor técnico, especialmente nas questões sanitárias e fitossanitárias. A agilidade na emissão de laudos de sanidade animal e vegetal e o rastreamento digital da cadeia produtiva evitam que mercadorias fiquem retidas em portos e fronteiras, protegendo o exportador de perdas financeiras severas e assegurando a reputação do Estado no mercado global.

Por fim, a convergência entre a simplificação de alvarás internos e a excelência nas barreiras sanitárias de exportação sela o compromisso com o desenvolvimento socioeconômico sustentável. Ao erradicar entraves domésticos desnecessários e blindar a cadeia exportadora contra riscos de contaminação ou embargo, o poder público cria um ecossistema produtivo de alta performance.

O resultado é a consolidação de uma economia robusta, capaz de abastecer o consumo interno com custos reduzidos e disputar as divisas do comércio internacional, gerando emprego qualificado e renda na base da sociedade.

*É necessário simplificar procedimentos relacionados a licenciamento, alvarás e processos fiscalizatórios, promovendo mais eficiência administrativa e reduzindo entraves que dificultam a atração de investimentos e a competitividade empresarial.*

## Capacitação profissional e diálogo institucional permanente

A qualificação profissional é pilar central para a sustentabilidade do setor terciário. Em uma economia em constante transformação digital e mercadológica, o descompasso entre as habilidades do trabalhador e as reais necessidades das empresas funciona como um freio ao desenvolvimento.

Para que essa engrenagem educacional e econômica funcione com máxima eficiência, contudo, é indispensável a consolidação de canais permanentes de diálogo entre o setor produtivo e a gestão pública.

Historicamente, muitas políticas de desenvolvimento falham por serem desenhadas de forma isolada nos gabinetes estatais, sem a devida leitura da realidade das ruas, dos balcões e dos centros de distribuição. A criação de fóruns, comitês técnicos e mesas de concertação multisetoriais permite que empresários e gestores públicos compartilhem dados de inteligência de mercado em tempo real. Essa governança participativa transforma a formulação de políticas públicas num processo colaborativo, no qual o Estado deixa de ser um agente meramente burocrático e passa a atuar como um facilitador estratégico da atividade econômica.

O alinhamento preciso entre as demandas reais do mercado de trabalho e as diretrizes governamentais de fomento atua diretamente na atração e na retenção de investimentos. Empresas que buscam expansão geográfica ou novos aportes de capital priorizam regiões que oferecem não apenas incentivos fiscais, mas estabilidade regulatória e, acima de tudo, mão de obra qualificada e disponível.

Por fim, o resultado mais profundo dessa articulação integrada se reflete na transformação social e na distribuição de renda na base da pirâmide econômica. Programas de qualificação desenhados sob medida para o mercado real previnem o desemprego estrutural e elevam a média salarial da população, uma vez que funções mais sofisticadas exigem melhor remuneração.

*Dessa forma, incentivar programas de qualificação profissional em parceria com o Sistema Comércio, além de fortalecer canais permanentes de diálogo entre setor produtivo e gestão pública, visando alinhar demandas do mercado às políticas de desenvolvimento seria estratégico para valorização do capital humano, convertendo o crescimento dos índices econômicos em bem-estar social concreto para as famílias e sustentabilidade para os negócios.*

## Interiorização das atividades

O processo recente de diversificação dos mercados externos do Acre tem ampliado as oportunidades para o fortalecimento do comércio e dos serviços em diferentes regiões do estado. De acordo com a Secretaria de Estado de Planejamento (Seplan), o Acre passou a se conectar de forma mais intensa com mercados próximos e dinâmicos. O Peru se tornou o principal destino das exportações acreanas, respondendo por 27,2% do total exportado, atuando não apenas como comprador, mas também como corredor logístico para o acesso a outros mercados. Ao mesmo tempo, Emirados Árabes Unidos e Turquia se consolidaram como importantes destinos da carne bovina produzida no estado, ampliando a inserção acreana no mercado do Oriente Médio.

Esse movimento de expansão comercial contribui para a interiorização da atividade econômica e para a redução da dependência de um único centro urbano. A desconcentração espacial do crescimento ajuda a mitigar problemas associados à saturação dos serviços públicos, aos gargalos logísticos e à elevação dos custos imobiliários e operacionais nas grandes cidades, promovendo maior equilíbrio regional e sustentabilidade ao desenvolvimento de longo prazo.

Nesse contexto, o comércio e os serviços assumem papel estratégico. O fortalecimento dessas atividades nos municípios do interior permite que parte significativa do valor agregado gerado pelo agronegócio e pelo extrativismo permaneça e circule no próprio território. A renda proveniente das atividades primárias e agroindustriais passa a impulsionar diretamente a expansão do setor terciário local, estimulando investimentos, ampliando a oferta de bens e serviços e consolidando mercados consumidores mais dinâmicos e autônomos fora da capital.

A expansão das atividades econômicas para o interior favorece a criação de empregos mais qualificados e diversificados. A convergência entre um mercado de trabalho mais dinâmico e a interiorização da oferta de educação técnica e profissional contribui para a retenção de jovens talentos e para a atração de profissionais especializados. Com isso, elevam-se a renda média, a capacidade de consumo e a resiliência econômica dos municípios.

*O Sistema Comércio defende o investimento em infraestrutura para possibilitar a interligação entre os municípios, possibilitando assim a interiorização da atividade produtiva associada ao fortalecimento do comércio e dos serviços e à emergência de novos polos produtivos, o que amplia as oportunidades de desenvolvimento regional, promove a desconcentração da renda e cria bases mais sólidas para um crescimento econômico inclusivo e sustentável em todo o território acreano.*

## Fortalecimento da Zona de Processamento de Exportação (ZPE)

O Governo do Estado do Acre vem apresentando projetos que valorizam a Zona de Processamento de Exportação (ZPE), em Senador Guiomard, como recurso logístico para exportações, atração de indústrias para o estado e diversificação de parcerias internacionais.

A importância da ZPE acreana reside na sua centralidade geopolítica como o principal hub logístico transfronteiriço do Brasil com a vertente andina. Conectada diretamente à Rodovia Interoceânica, a ZPE funciona como plataforma de integração sul-americana, viabilizando o escoamento terrestre de mercadorias em direção aos portos do Peru – como os complexos de Matarani, Ilo e o megaporto de Chancay – e reduzindo drasticamente o tempo de trânsito marítimo rumo aos mercados asiáticos.

*Para além das questões de revitalização predial, é importante que o governo desenvolva políticas públicas para posicionar o estado como plataforma logística e produtiva voltada ao comércio exterior, aproveitando a localização estratégica do Acre e o contexto do corredor interoceânico.*



# **Eixo 3: Infraestrutura e logística**

O Acre enfrenta desafios estruturais relevantes na área de infraestrutura, que incluem a **deficiência no saneamento básico, o isolamento da malha viária e a limitada diversificação dos modais de transporte**. A superação desses entraves é estratégica para impulsionar o desenvolvimento econômico do estado, uma vez que a infraestrutura adequada constitui elemento essencial para ampliar a competitividade, atrair investimentos, reduzir custos logísticos e promover melhores condições de vida para a população.

No campo do saneamento básico, o cenário é especialmente desafiador. **De acordo com levantamento do Instituto Trata Brasil, o Acre ocupa a última posição entre os estados brasileiros em investimentos no setor**. Entre 2019 e 2023, foram aplicados aproximadamente R\$ 55,58 milhões, valor que representa menos de 0,1% do total investido no País.

Como reflexo desse baixo investimento, menos da metade da população acreana possui acesso à água potável. Além dos impactos diretos na saúde pública e na qualidade de vida, a insuficiência dos serviços de saneamento compromete a produtividade, amplia desigualdades e limita o potencial de desenvolvimento econômico e social. Soma-se a isso a ausência, até o momento, de projetos ou processos licitatórios em andamento voltados à ampliação dos serviços de abastecimento de água e tratamento de esgoto.

No âmbito da logística e do transporte, a localização geográfica do estado, associada à dependência predominante do modal rodoviário, impõe desafios adicionais ao escoamento da produção, à integração regional e ao acesso a mercados consumidores.

A distância dos grandes centros econômicos eleva custos, reduz a competitividade das atividades produtivas e dificulta a atração de novos empreendimentos. Nesse contexto, iniciativas de planejamento se tornam fundamentais.

Em 2026, diante desses desafios, o governo do Acre, por meio da Secretaria de Estado de Planejamento (Seplan), iniciou a formulação do Plano Estadual de Logística e Transporte (Pelt), instrumento que poderá contribuir para a construção de soluções estruturantes e para a criação de bases mais sólidas ao desenvolvimento econômico sustentável do estado.

## Saneamento básico

O saneamento básico é a infraestrutura mais elementar para a dignidade humana e o desenvolvimento socioeconômico de qualquer região, atuando como um divisor de águas na saúde pública. De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), cada dólar investido em água e esgotamento sanitário gera uma economia expressiva em gastos com saúde.

Ao universalizar o acesso à água tratada e à coleta de esgoto, o Estado promove a redução da mortalidade infantil, eleva a expectativa de vida e melhora o rendimento escolar de crianças e jovens.

Para além dos impactos diretos na saúde coletiva, o investimento em saneamento básico é um poderoso indutor do ambiente de negócios e um catalisador para o setor de comércio e serviços. Bairros dotados de infraestrutura sanitária adequada passam por uma imediata valorização imobiliária, estimulando a atividade econômica. A urbanização qualificada transforma o espaço público num ambiente atraente, seguro e convidativo, aumentando o fluxo de pedestres e o tempo de permanência dos clientes nos eixos comerciais.

A relação de dependência entre o comércio e o saneamento se torna ainda mais crítica e direta em segmentos específicos do setor terciário, como alimentação e hotelaria. Restaurantes, bares, lanchonetes e hotéis exigem um fornecimento contínuo de água tratada e um descarte seguro de efluentes para cumprir as normas de vigilância sanitária e garantir a segurança alimentar de seus clientes.

Por fim, o avanço do saneamento básico consolida um ciclo virtuoso de geração de emprego, aumento de renda e fortalecimento do turismo. As obras de expansão de redes de água e esgoto demandam uma quantidade expressiva de mão de obra local na construção civil, injetando renda na economia de forma imediata.

*É indispensável ampliar os investimentos em infraestrutura de saneamento básico, por meio de ações integradas entre o poder público e a iniciativa privada, com foco na universalização do acesso e na melhoria da qualidade de vida da população.*

## Conservação das rodovias

A infraestrutura de transportes é a artéria vital que condiciona o desenvolvimento econômico de qualquer território, exercendo um papel determinante na competitividade do setor privado e na integração regional, e o investimento continuado na qualidade das rodovias acreanas não se resume a uma agenda de obras públicas. Trata-se de uma necessidade estratégica para consolidar a logística de abastecimento interno e viabilizar a inserção do estado nas rotas do comércio internacional. Sem uma malha rodoviária trafegável e segura, os custos de transação disparam, anulando as vantagens comparativas da produção local e penalizando o consumidor e o empresariado.

As características geológicas e climáticas da região amazônica, marcadas por solos de alta instabilidade e regimes severos de chuvas, exigem técnicas de engenharia diferenciadas e manutenção preventiva constante. As recorrentes interrupções no tráfego causadas por atoleiros e erosões na rodovia isolam municípios inteiros, comprometem o escoamento da produção e encarecem drasticamente o valor do frete.

Os impactos dessa precariedade rodoviária repercutem de maneira imediata e profunda no setor de comércio e serviços. Por ser um estado com forte dependência de produtos industrializados e insumos vindos de outras regiões do País, o comércio atacadista e varejista do Acre fica refém da previsibilidade das estradas.

Esse custo logístico excedente é inevitavelmente repassado aos preços finais, corroendo o poder de compra das famílias, reduzindo as margens de lucro dos negócios e contraindo a dinâmica do mercado consumidor local.

A recuperação, a modernização e o investimento em qualidade durável das rodovias acreanas guardam o potencial de transformar a posição geopolítica do estado, convertendo-o num dinâmico hub de comércio exterior na América do Sul. A consolidação da Rodovia Interoceânica, que interliga o Acre aos portos do Peru e ao mercado asiático, depende umbilicalmente da qualidade da malha rodoviária doméstica que serve de acesso à fronteira.

Rodovias de alto padrão reduzem o tempo de viagem, garantem a segurança das cargas de alto valor e atraem grandes operadoras de logística e portos secos para a região. Ao garantir a trafegabilidade perene das suas estradas, o Acre não apenas blinda seu comércio interno contra crises de abastecimento, como também se posiciona de forma competitiva para capturar as divisas do comércio transfronteiriço, gerando emprego qualificado e renda para a população.

*É preciso assegurar a manutenção preventiva e contínua da malha viária estadual, garantindo melhores condições de trafegabilidade, segurança e escoamento da produção.*

## Integração bioceânica

Para o comércio exterior brasileiro, o acesso aos portos andinos reduz drasticamente o tempo de trânsito marítimo em direção aos mercados da Ásia e da costa oeste da América do Norte, passando a figurar como a principal plataforma terrestre de exportação produtos do Norte e Centro-Oeste rumo aos maiores mercados consumidores globais.

Sob a perspectiva das potencialidades logísticas regionais, a consolidação desse corredor internacional impulsiona o surgimento de um robusto mercado de serviços de alto valor agregado no estado. A demanda por transporte internacional, armazenagem qualificada, assessoria aduaneira, serviços jurídicos transfronteiriços e operações de *crossdocking* exige a modernização da infraestrutura local, com destaque para as Cidades Gêmeas na fronteira e para a Zona de Processamento de Exportação (ZPE), em Senador Guiomard.

Esse arranjo territorial atrai operadoras logísticas integradas e estimula o desenvolvimento de portos secos, permitindo que o Acre capture e retenha valor ao longo da cadeia de suprimentos, gerando empregos técnicos que oxigenam o setor terciário para além da dependência do funcionalismo público.

*Por fim, a integração bioceânica viabiliza um comércio bilateral e transfronteiriço de forte impacto na economia local, baseado no princípio da complementaridade de mercados. A inserção do Acre no coração da integração sul-americana converte seu posicionamento geográfico num ativo de conectividade global, selando o compromisso do estado com o desenvolvimento sustentável e a vanguarda do comércio internacional.*

*Nesse sentido, recomenda-se fortalecer acordos institucionais com departamentos peruanos para impulsionar a integração logística, o fluxo comercial e o tráfego contínuo de cargas entre os países, além de liderar políticas públicas que insira o estado com hub logístico.*

## Transporte e compras governamentais

Para além da questão de diversificação econômica com estímulo do governo, as compras governamentais são uma das ferramentas mais eficazes para a dinamização de mercados locais, especialmente em regiões que enfrentam desafios estruturais de industrialização.

No contexto macroeconômico do Acre, onde o Produto Interno Bruto (PIB) é historicamente caracterizado por uma forte dependência da administração pública e por um setor terciário que atua como o principal empregador formal, o poder de compra do Estado ganha contornos ainda mais decisivos. Quando o setor público direciona seu orçamento de custeio e investimento para a aquisição de bens e contratação de serviços locais, ele deixa de ser um mero gestor de recursos para atuar como um indutor direto do desenvolvimento socioeconômico regional.

Além do impacto financeiro imediato, o uso planejado das compras públicas funciona como uma política indutora de inovação, governança e elevação da qualidade no setor terciário acreano. Para estarem aptas a fornecer ao Estado, as empresas locais precisam se adequar a exigências rigorosas de regularidade fiscal, sustentabilidade ambiental, conformidade sanitária e capacidade técnica. Esse processo de adequação forçada eleva o patamar de profissionalização e governança do empresariado local.

Por fim, a consolidação das compras governamentais como política de Estado permanente, e não apenas de governo, é um passo fundamental para reduzir a histórica dependência do Acre em relação à folha de pagamento do funcionalismo. Ao transformar o orçamento público de custeio numa alavanca para o fortalecimento da iniciativa privada, a gestão pública cria uma economia de mercado autônoma, resiliente e menos vulnerável a crises fiscais.

*O fortalecimento do comércio e dos serviços por meio dessa simbiose público-privada fixa o capital financeiro e humano no estado, convertendo o expressivo peso do setor público acreano num diferencial competitivo para o desenvolvimento sustentável e a prosperidade de longo prazo.*

## Desburocratização aduaneira

A desburocratização das questões aduaneiras e alfandegárias é o elemento central que determinará a relevância do estado como corredor logístico global. Embora o Acre tenha consolidado sua conexão física com o Oceano Pacífico e com os países andinos por meio da Rodovia Interoceânica, a burocracia documental e os gargalos de fiscalização nas fronteiras ainda atuam como barreiras invisíveis.

Para um estado que busca diversificar sua matriz econômica e fortalecer o setor de comércio e serviços, simplificar os trâmites aduaneiros nas alfândegas é fundamental para transformar o potencial geográfico em competitividade real de mercado.

A eficiência do comércio exterior depende da superação da morosidade nos postos de fronteira e recintos alfandegados. A retenção prolongada de caminhões para conferência física de cargas; a falta de padronização nos horários de funcionamento entre as aduanas de Brasil, Peru e Bolívia; e a redundância na exigência de documentos geram custos de estadia elevados e que encarecem o frete internacional.

*A modernização desse cenário passa pela digitalização integral dos processos de importação e exportação, com a plena implementação de sistemas de balcão único transfronteiriço e o cruzamento automatizado de dados de inteligência fiscal.*

Ao migrar a burocracia burocrática para plataformas em nuvem de análise antecipada de risco, o Estado acelera o fluxo de liberação de mercadorias sem renunciar à segurança nacional.

Por fim, o sucesso da simplificação aduaneira no Acre está umbilicalmente ligado ao fortalecimento institucional e à integração das agências de controle na fronteira. A atuação coordenada entre a Receita Federal, a Polícia Federal, o Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa) e a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) é indispensável para evitar que as mercadorias sofram fiscalizações duplicadas e assíncronas.

*Além disso, o adensamento de investimentos na infraestrutura física e tecnológica da Zona de Processamento de Exportação (ZPE) do Acre e dos portos secos locais permite realizar o desembarço aduaneiro no interior do estado, aliviando a pressão sobre as aduanas de linha de fronteira. Essa agilidade sistêmica atrai tradings e operadores logísticos globais, podendo transformar o Acre num dinâmico hub comercial sul-americano e gerar um forte efeito multiplicador de renda no setor terciário local.*





# Eixo 4: Questões sociais

O Acre se destaca nacionalmente pela **expressiva participação de estudantes no ensino técnico integrado ao ensino médio**. O estado ocupa a segunda posição no País em número de matrículas na modalidade, com aproximadamente 32,22% dos estudantes inseridos nesse modelo educacional. Esse cenário evidencia um esforço relevante na ampliação da formação técnica e profissional, fator que contribui para a qualificação da mão de obra e para a criação de um ambiente mais favorável à atração de investimentos e ao desenvolvimento econômico<sup>2</sup>.

Entretanto, apesar do avanço na oferta de ensino técnico, o estado ainda enfrenta desafios importantes relacionados à **conexão entre a formação educacional e as demandas do mercado de trabalho**. Um dos principais entraves está na deficiência da educação básica, especialmente no acesso e na qualidade do ensino, o que compromete a continuidade da formação profissional e reduz as oportunidades de qualificação da população.

Nesse contexto, o Sistema Comércio desempenha papel estratégico como parceiro do poder público na promoção da educação formal, da capacitação profissional e do acesso a atividades culturais, esportivas e de lazer. As instituições do Sistema contribuem para aproximar a formação educacional das necessidades do setor produtivo, fortalecendo a empregabilidade e o desenvolvimento social.

No campo dos indicadores educacionais, o Acre apresentou desempenho relevante em âmbito regional. De acordo com o Ranking de Competitividade dos Estados 2025, elaborado pelo Centro de Liderança Pública (CLP), o estado alcançou o melhor resultado da Região Norte no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) referente ao ano de 2023, ocupando a 15ª colocação nacional.

Apesar desse resultado positivo no cenário regional, os dados gerais da educação demonstram sinais de alerta. O Acre caiu uma posição no ranking nacional de competitividade e passou a ocupar a 27ª colocação na avaliação geral da educação, registrando seu pior desempenho desde 2016, quando ficou na 16ª posição. O resultado evidencia a **necessidade de ampliação de políticas públicas voltadas à melhoria da educação básica, ao fortalecimento da aprendizagem e à integração entre formação educacional e necessidades do mercado de trabalho**, de modo a garantir mais competitividade e desenvolvimento sustentável para o estado.

## Educação profissionalizante

O fortalecimento das escolas profissionalizantes no Acre, especialmente através de parcerias estratégicas com o Sistema Comércio, representa o alicerce para a modernização do setor terciário e a inclusão produtiva da população.

Ao aportar a expertise pedagógica e a infraestrutura dos centros de formação do Senac, o poder público viabiliza um modelo educacional ágil, focado em competências práticas e soluções corporativas. Essa sinergia institucional transforma a educação profissional numa política de desenvolvimento econômico de curto e médio prazo, garantindo que os investimentos em capital humano se traduzam em empregabilidade imediata.

A ampliação da grade de cursos e o desenho de programas de capacitação customizados são fundamentais para sintonizar a mão de obra local com as profundas transformações da economia.

Ao descentralizar e interiorizar essa oferta pedagógica para além da capital, alcançando os municípios do interior, a parceria promove o adensamento de competências técnicas em regiões periféricas. Essa estratégia prepara o trabalhador para as novas exigências de mercado e atrai novas empresas e franquias que buscam segurança operacional e talentos disponíveis para expandir seus negócios.

Por fim, o impacto mais profundo desse ecossistema de qualificação se reflete na produtividade das empresas e na elevação da renda das famílias acreanas. Trabalhadores que passam por programas de capacitação continuada

---

<sup>2</sup> Disponível em: <https://qedu.org.br/uf/12-acre>

e de excelência técnica cometem menos falhas operacionais, otimizam o atendimento ao cliente e geram mais eficiência para os negócios locais, elevando a competitividade global do estado.

No âmbito social, o acesso à formação profissionalizante de alto nível funciona como um mecanismo de mobilidade socioeconômica, uma vez que postos de trabalho mais sofisticados demandam salários mais elevados. A massa salarial gerada por essa mão de obra qualificada é imediatamente reinjetada no comércio e nos serviços de proximidade, consolidando um ciclo virtuoso de consumo, geração de divisas e prosperidade compartilhada em todo o território.

*Recomenda-se o fortalecimento de escolas profissionalizantes e a ampliação de cursos e programas de capacitação em parceria com o Sistema Comércio.*

## Investimento em educação básica

A implementação de políticas públicas voltadas para o reforço de habilidades essenciais desde a educação básica é o alicerce para garantir tanto a inserção qualificada das futuras gerações no mercado de trabalho quanto o desenvolvimento socioeconômico de longo prazo.

Quando o Estado reestrutura as diretrizes curriculares e investe na formação continuada de educadores para cultivar essas competências desde a infância, ele reduz o descompasso histórico entre a formação escolar e as demandas reais do setor produtivo, dotando os jovens da resiliência técnica necessária para as profissões do futuro.

Paralelamente à modernização curricular, a implantação de programas robustos e permanentes de combate à evasão escolar é urgente para estancar o desperdício de capital humano e a perpetuação do ciclo da pobreza.

Políticas públicas integradas, que associem a busca ativa escolar, o monitoramento preventivo de infrequência por meio de inteligência de dados e a concessão de bolsas de incentivo financeiro para estudantes em situação de vulnerabilidade são fundamentais para garantir a permanência do aluno na sala de aula, protegendo sua trajetória de formação.

Por fim, a convergência entre o ensino focado em competências práticas e a blindagem contra a evasão escolar consolida um ecossistema educacional de alta performance, capaz de gerar inclusão e produtividade de forma capilarizada.

O resultado macroeconômico desse investimento estatal é o fortalecimento do mercado consumidor local e a atração de novos investimentos privados, uma vez que o território passa a oferecer mão de obra jovem altamente qualificada, saudável e apta a impulsionar o empreendedorismo, o comércio e a inovação tecnológica.

*Recomenda-se reforço das habilidades necessárias para desenvolvimento profissional dos estudantes desde a educação básica, além da implantação de programas de combate à evasão escolar.*

*Para tanto, é necessário o desenvolvimento de políticas públicas voltadas à profissionalização e ações de acesso ao lazer em conjunto com o Sistema Comércio local.*





# Eixo 5: Tecnologia e modernização

O Acre tem apresentado avanços relevantes nas áreas de ciência, tecnologia e inovação, consolidando-se como **um dos estados da Região Norte com maior crescimento nos indicadores de competitividade e transformação digital nos últimos anos**. O estado vem ampliando sua participação no cenário nacional por meio de iniciativas voltadas à modernização da gestão pública, expansão da infraestrutura digital e fortalecimento do capital humano, fatores que contribuem para a construção de um ambiente mais favorável à inovação e ao desenvolvimento econômico sustentável.

No Ranking de Competitividade dos Estados, elaborado pelo Centro de Liderança Pública, **o Acre avançou significativamente no pilar de inovação, alcançando a 20ª colocação nacional**. O desempenho demonstra evolução institucional na adoção de novas práticas e políticas públicas voltadas à modernização administrativa e ao incentivo à inovação. Na área de governo digital, o estado também obteve destaque ao alcançar **a 4ª posição nacional na oferta de serviços públicos digitais, segundo o Índice ABEP-TIC**, evidenciando esforços para ampliar a digitalização dos serviços prestados à população<sup>3</sup>.

Outro avanço importante está relacionado à infraestrutura de conectividade. O Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação tem investido na expansão da **Infovia Acre**, projeto que já implantou mais de 1.200 quilômetros de fibra óptica no estado, permitindo maior integração entre municípios, escolas, instituições públicas e centros de pesquisa. Esse processo tem potencial para reduzir o isolamento digital histórico enfrentado pela região e ampliar o acesso da população a serviços de educação, saúde e inovação.

Apesar dos avanços, o desenvolvimento tecnológico do estado ainda enfrenta desafios estruturais relevantes. A vasta extensão territorial dificulta a expansão da conectividade e eleva os custos de infraestrutura. Muitas **comunidades isoladas continuam com acesso limitado à internet de qualidade, o que amplia as desigualdades digitais e restringe o acesso da população a oportunidades educacionais, econômicas e tecnológicas**.

Outro desafio importante está relacionado à escassez de mão de obra qualificada e à chamada “fuga de cérebros”, fenômeno em que profissionais especializados deixam o estado em busca de melhores oportunidades em outros centros urbanos do País. Essa realidade reduz a capacidade local de produção científica, inovação e desenvolvimento de negócios tecnológicos. Soma-se a isso a **dificuldade de consolidação de um ecossistema robusto de startups e empresas inovadoras, que ainda enfrenta limitações de acesso a investimentos e financiamento**.

Nesse contexto, iniciativas como o **Parque Tecnológico Cidade da Floresta e o Hub de Inovação do Estado** representam esforços estratégicos para fortalecer o ambiente de inovação local, estimular o empreendedorismo tecnológico e promover soluções adaptadas às especificidades amazônicas, conciliando desenvolvimento econômico e sustentabilidade ambiental.

O Sistema Comércio possui papel estratégico no processo de transformação tecnológica e modernização econômica do Acre. Por meio de instituições como o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac) e a Federação do Comércio do Estado do Acre (Fecomércio-AC), **o setor contribui para a qualificação profissional, a inclusão digital e a capacitação empresarial voltada às novas demandas do mercado**. A oferta de cursos nas áreas de tecnologia, gestão, inovação, comércio eletrônico e transformação digital fortalece a formação de mão de obra especializada e amplia as oportunidades de empregabilidade.

Além disso, o Sistema Comércio atua como importante articulador entre setor produtivo, poder público e instituições de ensino, incentivando a modernização das empresas locais, especialmente micro e pequenos negócios, que necessitam de apoio para incorporar ferramentas digitais, ampliar sua competitividade e acessar novos mercados.

---

<sup>3</sup> Disponível em: <https://www.observatorio.ind.br/wp-content/uploads/2022/02/Indice-de-Inovacao-dos-Estados-2025.pdf>

## Parcerias com o Sistema Comércio

A relevância da digitalização da economia no atual cenário de desenvolvimento regional reside na sua capacidade de democratizar o acesso à inovação, aumentar a produtividade das empresas locais e reduzir as barreiras impostas pelo isolamento geográfico.

Para um ecossistema produtivo composto majoritariamente por micro e pequenas empresas (MPEs), a transformação digital deixa de ser um diferencial competitivo para se tornar uma condição de sobrevivência no mercado. O desenvolvimento de trilhas de capacitação focadas em gestão digital, vendas on-line, automação comercial, emissão eletrônica de documentos fiscais e presença em marketplaces dota os pequenos negócios da agilidade operacional necessária para competir em igualdade de condições com grandes players nacionais.

Ao dominar essas ferramentas, as MPEs locais ganham eficiência interna, otimizam sua gestão financeira e, fundamentalmente, expandem suas fronteiras comerciais para além do mercado de proximidade, conectando-se a plataformas de comércio eletrônico globais que anulam as distâncias físicas tradicionais.

Para dar escala e sustentabilidade a essa transição digital, a atuação do Estado por meio de políticas públicas estruturadas é indispensável, especialmente quando desenhada através de arranjos institucionais público-privados.

O pilar de sustentação de uma política pública de digitalização é o investimento massivo no capital humano, viabilizado pela ampliação de programas de capacitação tecnológica com oferta de cursos gratuitos e técnicos em áreas estratégicas – como programação, Inteligência Artificial, análise de dados, comércio eletrônico, cibersegurança, computação em nuvem e suporte em TI.

Ao democratizar o acesso ao conhecimento tecnológico de fronteira, o Estado combate o desemprego estrutural e retém seus talentos locais, oferecendo aos jovens e trabalhadores a oportunidade de inserção em ocupações de alta remuneração e alto valor agregado.

Esse adensamento de competências digitais gera um duplo benefício macroeconômico: por um lado, fornece às empresas locais a mão de obra qualificada necessária para liderar seus processos de modernização; por outro, cria uma massa salarial mais robusta que, ao circular no comércio e no setor de serviços de proximidade, expande o mercado consumidor e acelera o ciclo virtuoso de crescimento e arrecadação da economia local. Assim, duas ações são recomendáveis:

*Programa Estadual de Qualificação Digital: criação de um programa entre governo estadual, a Fecomércio-AC e o Senac, voltado à formação de jovens e trabalhadores para ocupações digitais e profissões ligadas à economia 4.0.*

*Digitalização de empresas: desenvolvimento de trilhas de capacitação para micro e pequenas empresas, focadas em gestão digital, vendas on-line, automação comercial, emissão eletrônica de documentos fiscais, gestão financeira digital e presença em marketplaces.*

## Conectividade e energia

A ampliação da infraestrutura de conectividade digital e de energia elétrica, tanto nas áreas urbanas quanto nas rurais, é fundamental para o desenvolvimento socioeconômico e a integração territorial do estado. **Em uma região com desafios geográficos e florestais como o Acre, o acesso estável à eletricidade e à internet de alta velocidade não é apenas um serviço básico, mas um fator decisivo para a competitividade das empresas e para a inclusão social.**

Para o setor de comércio, serviços e turismo, a conectividade representa uma mudança estrutural no modo de operar. A redução dos apagões e a expansão das redes móveis (4G e 5G) e de fibra óptica garantem mais previsibilidade e segurança nas atividades diárias. Estabelecimentos comerciais deixam de enfrentar prejuízos causados por falhas em sistemas de pagamento e plataformas digitais, assegurando a continuidade das vendas e o controle eficiente das operações.

Além disso, a conectividade digital amplia significativamente as oportunidades de crescimento dessas empresas. Negócios locais passam a acessar sistemas de gestão, plataformas de vendas on-line e meios digitais de divulgação, permitindo que lojas, prestadores de serviços e empreendimentos turísticos alcancem clientes além das fronteiras regionais. No turismo, em especial, a presença digital é essencial: hospedagens, agências e iniciativas de turismo de base comunitária dependem de visibilidade on-line, avaliações em plataformas e comunicação rápida com visitantes para atrair e fidelizar clientes.

A qualidade da conexão também influencia diretamente a experiência do consumidor. Turistas e clientes valorizam locais onde seja possível realizar pagamentos digitais, acessar informações em tempo real e manter conexão com seus serviços e redes, tornando a infraestrutura de telecomunicações um diferencial competitivo para o destino.

Por fim, a conectividade robusta é um requisito indispensável para a atração de investimentos e o fortalecimento de iniciativas estratégicas, como a Zona de Processamento de Exportação (ZPE) do Acre e os corredores logísticos com países vizinhos. Empresas do setor de comércio exterior, logística e serviços exigem estabilidade energética e digital para operar com eficiência.

*Ao investir em energia limpa e na expansão das redes digitais, especialmente ao longo das rotas comerciais, o Estado cria condições para o crescimento econômico, a geração de empregos e o fortalecimento de um ambiente de negócios mais dinâmico e integrado.*

*Ampliação da conectividade em regiões urbanas e rurais, utilizando a infraestrutura da Infovia Acre e parcerias com operadoras de telecomunicações para expandir internet de alta velocidade.*

## Governo digital

A digitalização dos serviços públicos nas esferas estadual e municipal é um dos avanços mais importantes da gestão pública moderna. Ela aumenta a eficiência administrativa e reduz a burocracia, tornando a relação entre o cidadão-empREENDEDOR e o Estado mais simples e ágil. No passado, essa relação era marcada por processos lentos, excesso de documentos e filas presenciais, o que gerava custos e perda de produtividade para as empresas.

Com a adoção do governo digital, essa lógica muda. A criação de plataformas on-line unificadas permite que serviços sejam acessados de forma rápida, transparente e padronizada. Ao concentrar atendimentos em ambientes virtuais, o Estado deixa de ser um entrave e passa a atuar como facilitador do desenvolvimento econômico.

Os efeitos dessa modernização são percebidos diretamente no ciclo de vida das empresas, desde a abertura até a obtenção de licenças e a realização de procedimentos do dia a dia. Processos que antes levavam dias ou semanas passam a ser concluídos em poucas horas ou minutos.

Na área fiscal, a digitalização traz ganhos ainda mais claros. Ferramentas como emissão de notas fiscais eletrônicas, parcelamento on-line de débitos, emissão de certidões e consultas tributárias automatizadas reduzem custos e erros. Isso diminui a complexidade para as empresas cumprirem suas obrigações e alivia a carga sobre departamentos contábeis.

Para micro e pequenos empresários, esses avanços são ainda mais relevantes. Com menos burocracia e processos mais simples, eles conseguem competir em condições mais equilibradas, reduzir riscos de multas e se manter na formalidade. Isso também contribui para aumentar a arrecadação de forma espontânea, fortalecendo as finanças públicas.

No setor de comércio e serviços, os impactos são significativos: a previsibilidade e a rapidez nos processos geram segurança jurídica e facilitam o planejamento das empresas. Negócios conseguem operar com mais eficiência e acompanhar melhor a velocidade do mercado.

*A digitalização dos serviços públicos fortalece a relação de confiança entre governo e iniciativa privada. Ao simplificar processos e eliminar entraves burocráticos, o Estado cria um ambiente mais favorável ao investimento e ao crescimento econômico. A governança digital, nesse contexto, se torna um diferencial competitivo, promovendo desenvolvimento, produtividade e melhor qualidade de vida para a população.*

## Incentivo à inovação

A inovação é um dos principais motores do desenvolvimento econômico de longo prazo, pois transforma as formas de produção e aumenta a produtividade regional. Mais do que atrair investimentos externos de maneira genérica, ela permite identificar e aprimorar as potencialidades locais, convertendo-as em vantagens competitivas reais. Esse processo fortalece o ambiente empresarial, estimula o empreendedorismo inovador e gera empregos mais qualificados, contribuindo para manter a riqueza e o conhecimento na própria região.

Ao investir em pesquisa e desenvolvimento, é possível, ao longo do tempo, reduzir a dependência de atividades baseadas no setor primário e avançar para uma economia de maior valor agregado. Nesse contexto, a biodiversidade do Acre deve ser considerada um ativo estratégico: ela pode impulsionar o desenvolvimento de uma bioeconomia moderna, baseada no uso sustentável dos recursos naturais.

Quando o conhecimento tradicional das comunidades extrativistas é integrado à pesquisa científica e ao uso de tecnologia, cria-se uma oportunidade única de desenvolvimento. Esse modelo permite estruturar uma economia verde, inovadora e resiliente, capaz de gerar renda e dinamizar setores, como comércio e serviços, sem comprometer a preservação ambiental.

O Estado do Acre já dispõe de instrumentos importantes, como incentivos fiscais para empresas do setor produtivo. Além disso, há iniciativas em andamento para criação de legislações municipais voltadas ao apoio a startups, incluindo benefícios tributários, como redução de impostos e do IPTU. Essas medidas sinalizam um ambiente favorável à inovação.

*Diante desse cenário, a implantação e consolidação de um Parque Tecnológico deve ser conduzida com foco na viabilidade financeira, na formação de parcerias estratégicas e na atração de investimentos. Também é fundamental avançar na construção de políticas públicas que incentivem empresas a investir em pesquisa e desenvolvimento dentro desse ambiente.*

*Por fim, a criação e o fortalecimento de marcos legais de inovação nos municípios são essenciais para ampliar o alcance dessas iniciativas. Com isso, o Acre pode se consolidar como referência em inovação, tecnologia e desenvolvimento sustentável, promovendo crescimento econômico, geração de empregos qualificados e maior competitividade regional.*





# Eixo 6: Turismo

O Estado do Acre apresenta características geográficas típicas da Região Norte, com grandes distâncias entre seus centros urbanos e limitações na integração terrestre. Essa realidade dificulta a mobilidade interna, tornando os deslocamentos mais lentos e, muitas vezes, pouco eficientes. Nesse contexto, o fortalecimento da conectividade aérea regional surge como uma solução estratégica para reduzir o tempo de viagem e aproximar economicamente os municípios.

Diante desse cenário, a estruturação de um sistema de aviação regional – com modernização, construção e adequada sinalização de aeródromos em cidades estratégicas – é fundamental. Essa infraestrutura permite melhorar o transporte de pessoas e cargas, criando oportunidades para o desenvolvimento econômico, especialmente nas regiões de fronteira com Peru e Bolívia.

A ampliação da malha aérea fortalece o turismo e o comércio nessas áreas, ao facilitar o acesso de visitantes e agilizar o transporte de produtos de maior valor agregado. Com isso, os municípios do interior passam a ter maior capacidade de atrair investimentos, atender a novos mercados e gerar renda local, reduzindo seu isolamento econômico.

Para que esses benefícios se consolidem, é essencial implementar políticas públicas voltadas à diversificação da oferta turística. Isso inclui a criação de novas rotas integradas e o desenvolvimento de experiências que valorizem as características regionais. A atuação do governo deve estimular tanto o turismo interno quanto a integração com rotas internacionais, especialmente com os países andinos, fortalecendo a troca cultural, econômica e social.

Além disso, o Acre precisa investir na valorização e qualificação de seus atrativos históricos, culturais e naturais. O ecoturismo e o turismo de aventura, que estão entre os segmentos que mais crescem no mundo, representam oportunidades relevantes para o estado.

Ao estruturar parques nacionais, reservas extrativistas e áreas de conservação para o turismo de base comunitária, o Acre pode desenvolver um modelo econômico sustentável. Esse modelo alia preservação ambiental, inclusão social e geração de renda, fortalecendo o setor de comércio e serviços e posicionando o estado como referência na economia verde.

## Marketing do turismo

A implementação de políticas públicas voltadas à promoção e ao marketing do turismo é essencial para transformar o potencial natural e cultural de um território num produto competitivo e bem estruturado. Em um cenário globalizado, marcado pela forte concorrência entre destinos, não basta ter belezas naturais ou patrimônio histórico relevantes; é preciso **posicionar estrategicamente o destino para que ele seja reconhecido e valorizado no mercado**.

*Nesse contexto, a promoção do turismo se torna um importante vetor de desenvolvimento socioeconômico e exige protagonismo do poder público. Cabe ao Estado liderar o processo de construção e fortalecimento da marca do território, especialmente em regiões com grande apelo ecológico, onde a atuação isolada da iniciativa privada não é suficiente para alcançar visibilidade em escala nacional e internacional.*

*Sob essa perspectiva, o governo deve coordenar ações de inteligência de mercado e estruturar campanhas integradas de divulgação. Essas ações devem utilizar tanto mídias tradicionais quanto plataformas digitais, visando atingir públicos específicos e ampliar o alcance do destino. O objetivo é comunicar de forma estratégica as singularidades locais, transformando características únicas em experiências turísticas atrativas e competitivas.*

A promoção turística deve ser tratada como um investimento contínuo de longo prazo, com previsão de recursos estáveis nos instrumentos de planejamento público. A consolidação de um destino não ocorre de forma imediata, pois depende de campanhas consistentes; presença em feiras e eventos nacionais e internacionais; e ações permanentes de divulgação.

Além disso, é fundamental que o governo desenvolva campanhas voltadas ao público interno, incentivando a população local a conhecer e valorizar o próprio território. Esse estímulo ao chamado turismo de proximidade

fortalece a identidade cultural, cria uma cultura de hospitalidade e engaja as comunidades na preservação dos atrativos turísticos.

*Dessa forma, a promoção estruturada e contínua do turismo contribui não apenas para atrair visitantes, mas também para gerar emprego, renda e desenvolvimento sustentável para toda a região.*

## Desenvolvimento e interiorização do turismo

A interiorização do turismo é uma estratégia fundamental para promover a descentralização econômica e a distribuição mais equilibrada da renda. Ao direcionar o fluxo de visitantes e investimentos para além das capitais e grandes centros urbanos, essa abordagem fortalece os municípios do interior e amplia os benefícios do setor turístico.

Esse movimento contribui diretamente para a valorização das identidades regionais, permitindo que comunidades tradicionais, áreas rurais e pequenos empreendimentos locais participem ativamente da economia do turismo. Assim, patrimônios históricos, culturais, religiosos e ambientais passam a ser preservados e, ao mesmo tempo, transformados em fontes de geração de renda e desenvolvimento.

Para os municípios que recebem esse fluxo, o turismo atua como um importante indutor de melhorias na infraestrutura. A demanda por serviços impulsiona investimentos em transporte, conectividade e saneamento, além de estimular a diversificação da economia local. Com isso, surgem novas oportunidades de emprego e empreendedorismo, reduzindo o êxodo urbano e incentivando a permanência da população em suas regiões de origem.

*No contexto do Acre, a interiorização do turismo encontra grande potencial no Vale do Juruá. Liderada por Cruzeiro do Sul e municípios vizinhos, como Mâncio Lima, Marechal Thaumaturgo, Rodrigues Alves e Porto Walter, essa região reúne alguns dos mais promissores atrativos turísticos da Amazônia, ainda pouco explorados.*

*No entanto, para que esse potencial se transforme numa atividade econômica estruturada e sustentável, é necessário enfrentar desafios históricos. O investimento em infraestrutura é, portanto, não apenas importante, mas urgente. Melhorias em acesso, transporte, serviços básicos e estrutura turística são condições essenciais para integrar o Vale do Juruá aos fluxos turísticos e permitir que a região se consolide como um polo de desenvolvimento.*

*Dessa forma, ao combinar planejamento, investimentos e valorização das características locais, a interiorização do turismo pode se tornar um caminho sólido para o crescimento econômico sustentável do Acre, gerando oportunidades, fortalecendo comunidades e preservando seu patrimônio natural e cultural.*

## Investimento em infraestrutura logística

Atualmente, o principal obstáculo à expansão do turismo no Acre é o isolamento geográfico aliado às deficiências logísticas. Para atrair visitantes — especialmente de outras regiões do País e também do exterior — com segurança e conforto, é indispensável priorizar investimentos estruturais.

A infraestrutura básica e turística é o alicerce que transforma atrativos naturais e culturais em destinos acessíveis e competitivos. Sem uma logística integrada — que inclua aeroportos regionais funcionalmente seguros, rodovias em boas condições, sinalização adequada e transporte hidroviário regular —, o território permanece desconectado dos principais fluxos turísticos e comerciais.

Nesse sentido, o investimento em infraestrutura não apenas reduz esses gargalos, mas também estimula o desenvolvimento regional, atraindo empreendimentos, fortalecendo o comércio local e gerando emprego e renda de forma contínua.

Além disso, embora o turismo de “desconexão” seja valorizado como experiência, a operação do setor depende de conectividade. A falta de internet e de serviços digitais dificulta a comunicação, o pagamento e até a divulgação das viagens, limitando a competitividade dos destinos, especialmente fora dos polos de Cruzeiro do Sul e Mâncio Lima.

*Entre as prioridades, destaca-se a necessidade de melhorias estruturais na BR-364. Principal ligação entre o Vale do Juruá e Rio Branco, a rodovia apresenta problemas recorrentes de trafegabilidade no período de chuvas. Intervenções definitivas em pavimentação, drenagem e pontes são essenciais para garantir acesso terrestre durante todo o ano.*

*No modal aéreo, embora existam aeroportos regionais, como o de Cruzeiro do Sul, a oferta de voos ainda é limitada, e os custos, elevados. É necessário criar incentivos para ampliar rotas e atrair novas companhias, tornando o destino mais acessível.*

*Já no transporte fluvial, fundamental para o acesso a atrativos como a Serra do Divisor e comunidades em Marechal Thaumaturgo e Porto Walter, é preciso investir na modernização de portos e atracadouros, além de apoiar a renovação da frota de embarcações, garantindo mais segurança, conforto e padronização no atendimento.*

Assim, ao enfrentar esses desafios de forma integrada, o Acre poderá transformar seu potencial turístico numa atividade econômica estruturada, competitiva e sustentável.

## Formação inicial e continuada e ensino técnico profissionalizante

A formação inicial e continuada, aliada ao ensino técnico profissionalizante, é fundamental para o fortalecimento do turismo e do setor de comércio e serviços. Nesse contexto, a **capacitação em idiomas estrangeiros, especialmente inglês e espanhol**, é um diferencial estratégico para inserir o destino nos mercados turísticos internacionais.

A comunicação é elemento central da experiência turística. Sem ela, o acesso do visitante ao patrimônio natural e cultural fica limitado. Por isso, profissionais como guias, trabalhadores da hotelaria, taxistas e atendentes que dominam outros idiomas conseguem oferecer um atendimento mais qualificado, entender melhor as demandas dos turistas e ampliar a venda de produtos e serviços locais, como gastronomia e artesanato.

*Do ponto de vista econômico, o incentivo ao ensino de idiomas por meio de políticas públicas fortalece a mão de obra local e aumenta a competitividade do setor. Ao ampliar o acesso a cursos técnicos voltados para negócios e hospitalidade, o Estado cria oportunidades para que jovens e trabalhadores ocupem funções mais qualificadas, reduzindo o subemprego – com potencial parceria do Sistema Comércio nesse processo.*

*Além disso, a qualificação prática e alinhada às demandas do turismo – em áreas como atendimento, hotelaria, gastronomia, condução de visitantes e gestão de empreendimentos – melhora a qualidade dos serviços oferecidos. Como resultado, o destino se torna mais competitivo, atrai mais visitantes e promove o desenvolvimento sustentável da atividade no estado.*





 · Fecomércio  AC · Sindicatos Empresariais · Sesc  · Senac 

---

Sistema Comércio

